

Programa eleitoral do PS propõe Reforma da Autonomia, Conselho de Concertação entre governos e revisão da lei do mar

O Programa Eleitoral com que o PS se vai apresentar às eleições legislativas do próximo dia 6 de Outubro contempla um conjunto de áreas de “grande relevância para os Açores, fruto do trabalho desenvolvido e da compreensão clara da importância de que se reveste para o futuro questões como a Reforma da Autonomia, o Conselho de Concertação que envolve o Governo da República e Governos regionais, assim como a revisão da legislação relativa à gestão e ao ordenamento do espaço marítimo”, lê-se numa nota do PS enviada ao nosso jornal.

“O Programa eleitoral do Partido Socialista demonstra, claramente, o respeito que o PS tem revelado pela nossa Autonomia e firma compromissos importantes para o futuro dos Açores”, defendeu Isabel Almeida Rodrigues, cabeça de lista do PS/Açores à Assembleia da República, que marcou presença na Convenção Nacional do PS, onde foi apresentado o Programa Eleitoral.

“Os açorianos reconhecem o percurso que o PS tem feito, a nível regional e nacional, para consolidar a Autonomia dos Açores e sabem que está em curso nos Açores uma proposta para a Reforma da Autonomia. Agora, com o programa eleitoral do PS nacional, fica



firmado o compromisso de potenciar as autonomias regionais, a partir dos trabalhos que já estão em curso”, adiantou a candidata do PS/Açores à Assembleia da República.

Isabel Almeida Rodrigues recordou, também, o papel determinante que o PS teve na construção da Autonomia dos Açores, desde 1976 até aos dias de

hoje: “Nos últimos 40 anos o Partido Socialista tem sido o partido das autonomias regionais, tem sido o partido que reforça os poderes e as áreas de intervenção dos Açores em termos de governação”.

“Para além da Reforma da Autonomia, cujo ímpeto reformador foi lançado por Vasco Cordeiro, também a pro-

posta avançada pelo Presidente Vasco Cordeiro, no Dia da Região, sobre a criação de um Conselho de Concertação com as Autonomias Regionais, merece destaque: “O Programa eleitoral do PS inclui um capítulo sobre o reforço do papel das Regiões Autónomas no exercício de funções próprias e do Estado, onde está prevista a criação de um conselho de concertação composto por membros dos Governos da República e das Regiões, para valorizar o papel das autonomias nas funções que o Estado exerce e nas políticas públicas, o que representa um enorme ganho para a melhoria da eficácia e da correcta compreensão do todo nacional”, referiu, a propósito.

Isabel Almeida Rodrigues evidencia, ainda, o compromisso do Partido Socialista referente à Lei de Bases da Política de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional, na qual se reconhece a necessidade de privilegiar uma maior intervenção das Regiões Autónomas em termos da gestão e exploração dos espaços marítimos.

Todas estas matérias, para além de outras, correspondem ao resultado do trabalho desenvolvido ao longo da última legislatura pelo PS/Açores e que merece o acolhimento do PS no seu programa nacional.

Médico Simas Santos propõe criação de um pólo hospitalar Sector da Saúde na ilha do Pico “está a andar para trás e em estado terminal”

O médico picoense Simas Santos entende que o sector da saúde no Pico está a andar para trás a passos largos e a entrar no seu estado “terminal”, em declarações ao jornal Ilha Maior.

Quase duas semanas depois de ter sido adiada a abertura da Unidade de Hemodiálise do Pico, alegadamente devido a uma alteração nos parâmetros da água, o clínico considera que este é um pequeno exemplo de um sector que já conheceu melhores dias e lamenta a incapacidade do governo para dotar a ilha com melhores cuidados de saúde.

Segundo as declarações de Simas Santos ao jornal picoense, o Governo tem de dar um passo em frente na melhoria desses cuidados e assumir com racionalidade e coragem a criação de um pólo hospitalar: “Não se preconiza uma fotocópia do Hospital da Horta (HH). Pretende-se que exista um pólo hospitalar associado a um centro hospitalar Faial-Pico, cuja unidade seria no Faial. Não há qualquer

justificação para se manter o actual estado das coisas e para que o Centro de Saúde da Madalena não seja esse pólo hospitalar permitindo que o Pico tenha a dignidade que merece ao nível dos cuidados de saúde”.

No fundo, o médico, com 45 anos de actividade no Pico, entende que o sector da saúde deve ser olhado de forma diferente onde o geral deve ser colocado como prioridade e só depois equacionar-se os detalhes: “Fui desde sempre um inimigo feroz do HH que surgiu para pagar um favor político e onde se continuam a fazer investimentos avultadíssimos, mas que não servem a população do Pico. Tirando as ilhas de São Miguel e Terceira, as restantes precisam de um hospital de ilha que resolva a generalidade dos problemas, transferindo para os hospitais centrais as restantes questões”.

Simas Santos defende, “com todo o respeito pelos insuficientes renais”, que a questão da unidade de hemodiálise,

embora seja necessária, é um “detalhe” quando se devia estar na saúde de uma forma mais global, partindo da criação de um pólo hospitalar com um serviço de urgência, cirurgia e sala de partos e que receba de forma regular consultas de especialidades hospitalar.

Aliás, a redução do número de consultas de especialistas no Pico ao longo dos últimos anos é no entender do clínico mais um sinal claro do retrocesso registado no sector e que precisa rapidamente ser revisto:

“Estamos a andar para trás ao nível das consultas de especialidade hospitalar. Havia uma grande dinâmica de médicos que vinham dar consultas ao Pico. A saúde a esse nível, neste momento, está mais centralizada no HH e acabaram com as consultas de especialidade hospitalar no Pico obrigando a população das zonas mais distantes da ilha a saírem de madrugada de casa, sendo muitas vezes essa consulta cancelada. Não faz sentido deslocar os

utentes para consultas de especialidade na Horta quando podem ser feitas num pólo hospitalar com uma enorme racionalização de custos e de meios”.

Este conjunto de preocupações foi debatido recentemente entre um grupo de clínicos e, segundo Simas Santos, apresentado à secretária regional da Saúde para que equacione as mudanças necessárias.

O clínico entende que, em vez de se falar em situações laterais, deve pensar-se em primeiro lugar num pólo hospitalar dotado com meios próprios e com os especialistas hospitalares a se deslocarem ao Pico.

“Esta é uma questão de gestão. Em vez de Meca ir a Maomé, tem de ser Maomé a ir a Meca. Mexer na zona de conforto e mudar é sempre desagradável. Da parte de quem decide, se não fizerem muito barulho, vai decidindo e os conselhos de administração fazem o que a tutela manda”, conclui o médico.